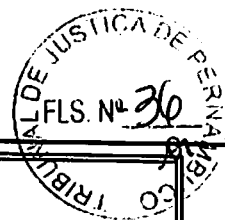




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005024-15.2010.8.17.0000 (0211435-4)

130

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

PACIENTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA G. DE CARVALHO

2934

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ARTIGO 121, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL. EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PETIÇÃO INICIAL REFERENDADA PELO IMPETRANTE PACIENTE. DISPENSA DA FORMALIDADE PROCESSUAL DE ASSINATURA A ROGO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

1. É de se conhecer de *habeas corpus* em que a petição inicial não foi assinada pelo impetrante-paciente, ainda que não haja a assinatura de alguém a rogo. Prevalência do sagrado direito constitucional de o paciente ver apreciada a sua causa, pertinente ao direito de ir e de vir, sob a alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal.
2. Conhecido do pedido e denegada a ordem por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

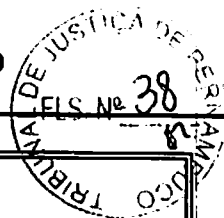
181

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0211435-4 onde figura como paciente **ARNALDO CARLOS DA SILVA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 01 de Junho de 2010.

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005024-15.2010.8.17.0000(0211435-4)

HABEAS CORPUS

182

IMPETRANTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

PACIENTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA G. DE CARVALHO

**RELATÓRIO**

ARNALDO CARLOS DA SILVA impetra o presente *habeas corpus liberatório* em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns/PE referente ao processo-crime de nº 216.2007.003182-9.

Na inicial, pugna pela concessão do alvará de soltura em virtude de constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da instrução criminal. Alega que se encontra preso desde o dia 14.10.2006 pelo suposto cometimento do crime capitulado no artigo 121, § 2º, I, do Código Penal.

Fundamenta o writ no fato de que sua prisão encontra-se protraída no tempo, por um período que já ultrapassa 1240 (um mil e duzentos e quarenta).

Assim, atribui o excesso no encerramento da persecução penal estatal por motivos advindos do próprio juiz processante, caracterizando, dessa forma, a coação na sua liberdade de locomoção.

Logo, em razão do acima expendido, requer a concessão do alvará de soltura.

A exordial não veio acompanhada de nenhum documento.

Pedido de liminar indeferido consoante fls.10/11.

A autoridade apontada como coatora prestou as informações nas fls.17/25.

183

A Douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fls.29/33, opinando em seu parecer pelo NÃO CONHECIMENTO uma vez estar a peça inicial apenas com a impressão digital desacompanhada de assinatura a rogo como determina o Art.654, § 1º, alínea "c" do Código de Rito Penais e, acaso reste ultrapassado a referida preliminar, pela DENEGAÇÃO DA ORDEM por não restar caracterizado o excesso de prazo.

É O RELATÓRIO.

Recife, 01 de junho de 2010.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL



PROCESSO Nº 0005024-15.2010.8.17.0000(0211435-4)

HABEAS CORPUS

184

IMPETRANTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

PACIENTE: ARNALDO CARLOS DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA G. DE CARVALHO

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, tendo como impetrante e paciente a mesma pessoa, ARNALDO CARLOS DA SILVA, cujo fundamento reside no fato deste estar preso por um período superior a 1240 (um mil e duzentos e quarenta) dias.

Assim, atribui o excesso de prazo na formação de sua culpabilidade ao próprio Juízo processante, caracterizando, por conseguinte, a coação na sua liberdade de locomoção.

Tenho, porém, que não merece acolhida o pedido do impetrante.

Justifico.

O cerne do presente *writ* cinge-se em delimitar o que venha a ser excesso de prazo.

Pois bem.

Ocorre, contudo, que da leitura dos fólios constata-se a existência de inobservância ao disposto no artigo 654, § 1º, alínea "c" do Código de Processo Penal, o que obstaculiza o conhecimento do presente *writ*.

Apesar de o citado texto normativo dispor que "*o habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público*",

traz em sua alínea c a seguinte ressalva: "§ 1º A petição de habeas corpus conterá: c) a assinatura do impetrante, ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências".

185  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Fls. Nº 41

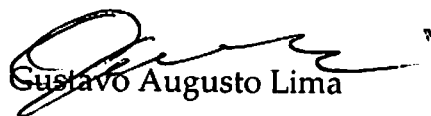
Contudo, em se tratando de remédio jurídico-constitucional pertinente ao direito fundamental de ir e de vir do paciente, não se nos apresenta razoável deixar de apreciar o writ, face à referida exigência legal, devendo prevalecer a garantia constitucional, para o fim de amparar o pleito, sem o devido rigorismo formal, eis que a digital, constante da exordial, identifica o impetrante.

Assim, diante das informações prestadas através das quais o Magistrado noticia a tramitação do processo, esclarecendo sobre a complexidade do feito, com pluralidade de réus e necessidade de expedição de Cartas Precatórias, com elevado número de testemunhas a serem inquiridas, evidencia-se indubitavelmente encontrar-se justificado o relativo atraso, que não atinge as raias do irrazoável.

Por tais razões, pedindo venia para fazer parte do meu voto as razões colacionados pelo eminente Procurador de Justiça, VOTO pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, à ausência do suposto constrangimento legal alegado.

É COMO VOTO.

Recife, 01 de junho de 2010

  
Gustavo Augusto Lima

Relator